

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 538.474 - SP (2019/0303395-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : PATRÍCIA LUCÍOLA DIAS DE MORAIS - SP205731  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIEGO BRANDAO PEREIRA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DIEGO BRANDÃO PEREIRA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0075809-50-2017.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 155, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal, às penas de 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e 6 dias-multa (fls. 18/20).

Interposta apelação, o Tribunal local deu parcial provimento ao recurso ministerial para condenar o acusado como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal e aumentar sua pena para 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 11 dias-multa (fls. 22/29).

Foram, ainda, opostos embargos de declaração, que acabaram rejeitados (fls. 30/35).

No presente *writ* (fls. 3/7), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da fixação do regime mais gravoso. Argumenta que a reincidência, por si só, não é motivação idônea à imposição do regime inicial mais gravoso, apontando ser aplicável ao caso o enunciado n. 269 da Súmula desta Corte.

Dessa forma, requer seja concedida a medida liminar para autorizar que o paciente aguarde solto o julgamento deste *habeas corpus* e, no mérito, fixar o regime inicial aberto para o início do cumprimento da pena.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório. **Decido.**

A irresignação manifestada no presente *habeas corpus* tem por objeto o mesmo tema suscitado no HC n. 535.421/SP, anteriormente impetrado em favor do paciente, também pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O referido *habeas corpus* também foi distribuído à minha relatoria, mas em data anterior ao atual, já teve o pedido liminar indeferido, foi processado e remetido à manifestação do Ministério Público Federal.

O tema, portanto, será devidamente enfrentado por este Tribunal e o presente *habeas corpus* é mera reiteração de pedido.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator